

45 ANOS

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 915 - de 14 de abril a 03 de maio de 2023



1º DE MAIO

A luta da educação mostra o caminho: **REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO**



↳ Capa da edição Nº 0 em 1978

45 ANOS DE O TRABALHO

"Um jornal independente dos patrões, de seus partidos, do seu estado que para narrar e participar da história precisa do seu apoio solidário" (Bônus de lançamento do jornal)

pág. 12

837 pessoas libertadas do trabalho escravo só no 1º trimestre

O Brasil fechou o primeiro trimestre de 2023 com 837 pessoas libertadas de situações de trabalho escravo, mais do que o dobro do registrado no mesmo período de 2022. A principal explicação para isso, ao que tudo indica, está na maior coragem dos trabalhadores de denunciarem os crimes agora que conseguiram eleger um governo liderado pelo PT. Esse número é o maior para o primeiro trimestre desde 2010, último ano do segundo governo Lula.

Realidade crua

É como se estivéssemos retirando uma lona pesada colocada para esconder a real situação do Brasil, uma realidade composta pela precarização ampliada pela Lei das Terceirizações e pela Reforma Trabalhista, por um lado, e o desmonte da fiscalização do trabalho, por outro.

As mudanças na lei permitiram contratar empresas de fachada para terceirizar a mão-de-obra no plantio e na colheita no campo, por exemplo, de forma que os contratantes

tentam simplesmente tirar o corpo fora (quando as condições degradantes são constatadas a olho nu!). Das 837 pessoas libertadas, 91% estavam cativas no meio rural.

Já a estrutura formal de combate às ilegalidades vinha sendo abertamente desmontada. Não há concurso público para fiscal do trabalho desde 2013, no primeiro governo de Dilma Rousseff (PT). A partir do golpe de 2016, Temer e Bolsonaro agiram para desmontar o Ministério do Trabalho e facilitar ao máximo a superexploração dos trabalhadores.

A chegada de Lula ao governo está favorecendo a ampliação no número de ações de fiscalização e a adoção de um trâmite administrativo mais rápido na investigação das irregularidades. Isso se expressou na publicação, em 5 de abril, da **Lista Suja do Trabalho Escravo** com 289 empregadores que submeteram trabalhadores a condição análoga à escravidão nos últimos dois anos. A última lista, publicada em 2022, sob Bolsonaro, trazia apenas 157 nomes.



Trabalhadores resgatados em Bento Gonçalves (RS) no caso das vinícolas

É mais uma prova da extrema gravidade da situação, pois é óbvio que a realidade é muito pior do que os flagrantes feitos: a escravidão moderna se espalha pelo Brasil. Pela lista, os Estados com maior número de casos são Minas Gerais, Goiás, Pará, Maranhão e Bahia. A escravidão traz junto outros males, como o trabalho infantil.

O que fazer

Uma resposta imediata, ao alcance do governo federal, é a **contratação de emergência** de fiscais do trabalho, e a realização no prazo mais curto possível de **concurso público**, para recompor plenamente o quadro

de fiscalização. Ampliar os canais de denúncia também reforça o combate ao trabalho escravo.

Mas varrer a escravidão moderna no Brasil exige reverter o desmonte da legislação conduzido por Temer e Bolsonaro, **exige revogar a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista**. Com essas mudanças legais, foram dadas armas aos escravocratas para escravizarem trabalhadores. Sem desarmá-los, devolvendo à classe trabalhadora suas garantias e direitos retirados, qualquer condenação retórica do trabalho escravo é um discurso hipócrita, de quem finge discordar, mas permite que aconteça.

Paulo Zocchi

Lula apresenta medidas de combate à violência contra a mulher



8 de março em São Paulo

No início de abril, Lula sancionou uma lei que estabelece que as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) funcionem 24 horas por dia, aos finais de semana e feriados. Essa é uma pauta antiga dos movimentos de mulheres, que decorre do fato de que boa parte das agressões e violências acontecem à noite ou finais de semana.

Segundo levantamento do G1, realizado com os governos estaduais, apenas 60 de 492 DEAMS no país funcionam 24 horas, ou seja, só 12,1%. Em Juiz de Fora (MG), por exemplo, em uma audiência pública sobre isso realizada em março na Câmara de vereadores, os representantes da

Polícia Civil alegaram que o funcionamento da Delegacia da Mulher além do horário comercial não seria necessário, pois a Polícia Militar e outras delegacias funcionam ininterruptamente.

Ocorre que toda a lógica da criação das delegacias especializadas vem de todos os problemas que as mulheres enfrentam diuturnamente para serem atendidas pelos demais agentes de segurança pública, mesmo em casos de emergências. Na audiência, a vereadora Cida, do PT, relatou o caso de uma mulher que sofreu violência ao longo de várias horas, com uma vizinha ligando para a Polícia Militar, a qual não se deslocou para o local. A vítima foi assassinada.

Mesmo com a lei, a luta pelo funcionamento ininterrupto vai precisar continuar. Após a assinatura da legislação, a Polícia Civil de Minas Gerais afirmou que "não tem os recursos humanos necessários" (outros

governos estaduais seguiram na mesma linha).

Minas tem 69 delegacias especializadas de atendimento à mulher (para 853 municípios), e apenas uma, na capital, atende 24 horas. Em 2021, o estado registrou o maior número de feminicídios no Brasil: foram 154 mulheres mortas por companheiros ou ex-companheiros. Nos últimos três anos, o total foi de 478 feminicídios.

Assédio sexual

No mesmo dia, 4 de abril, Lula também assinou uma lei criando o Programa de Enfrentamento ao Assédio nos órgãos públicos (incluindo terceirizadas) "prevenir e enfrentar o assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual". Entre uma série de medidas que tratam de capacitação de agentes públicos e campanhas educativas, o mais importante é que o programa cria protocolos para denúncia dos crimes sexuais. A lei vale nos três níveis (federal, estadual e municípios).

Antes, em 9 de março, o governo havia enviado ao Congresso Nacional

uma mensagem propondo a assinatura da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da violência e assédio no mundo do trabalho, em especial da violência de gênero.

Uma convenção da OIT é uma espécie de tratado internacional, ao qual cada país pode aderir livremente, com conceitos, objetivos e diretrizes às quais os países aderentes devem buscar atender com as medidas internas.

No Brasil, o assédio sexual é um entendido pela lei como um crime cometido contra a liberdade sexual de um trabalhador(a), pela sua chefia ou empregador.

Apesar da Convenção 190 trazer conceitos questionáveis (como o entendimento que um trabalhador pode cometer assédio sexual contra seu empregador), a adesão pode criar uma oportunidade para se implementar medidas mais efetivas para combater a violência de gênero no mundo do trabalho do que as que temos hoje. Isso se a assinatura for autorizada pela Câmara Federal e Senado - o que em si só não é fácil.

Priscilla Chandretti

Elogios que acendem um alerta

“Nossa avaliação é superpositiva”. “Estamos favoravelmente impressionados com o ajuste fiscal”.

As afirmações acima são de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central e Nigel Chalk, diretor interino do departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional. Os elogios são para o “Arcabouço Fiscal” apresentado por Fernando Haddad, ministro do governo Lula e acendem um alerta.

O governo Lula, é verdade, começou a retomar os programas sociais. Bolsa família, Minha casa Minha Vida, Programa de Aquisição de alimentos, aumento da verba da merenda, aumento das bolsas estudantis. Anunciou o aumento do salário mínimo e o ajuste do Imposto de Renda. Lula também retirou dez estatais da lista de privatização, enviou projetos de Lei ao Congresso de proteção e igualdade para as mulheres e adotou medidas importantes, como por exemplo a retomada da comissão da Anistia, enquanto no seu governo a fiscalização para o combate ao trabalho escravo parece mais à vontade para trabalhar.

As medidas positivas adotadas pelo governo Lula, no entanto, não foram suficientes para reverter ainda a decomposição social

provocada pelos governos dos últimos seis anos. O desemprego que havia sido refeito para tentar reeleger Bolsonaro, voltou a crescer e, de acordo com “especialistas” deve continuar crescendo. A fome segue sendo um problema grave, assim como a violência. E as verbas da saúde e da educação ainda não foram recompostas. Os enfermeiros ainda

principais expressões o Banco Central autônomo. É por isso que os elogios ao “novo arcabouço”, pelos agentes do mercado, acendem um alerta, mesmo se não conhecemos todos os detalhes sobre este novo plano. Eles vão na contramão do que esperam os que elegeram Lula.

Na última reunião do Diretório Nacional do PT, vários questionaram este rumo, é verdade. Mas se quiser resistir às pressões do capital financeiro e colocar o país no rumo de uma política soberana que defenda os interesses do povo trabalhador, o governo, deve, antes de tudo, se apoiar na mobilização das massas trabalhadoras, que ele tem que atender.

Tem a maior importância a luta da educação, tanto de professores, quanto de estudantes. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e sindicatos de professores intensificam a luta pela aplicação do Piso Nacional Salarial, e unificam com os estudantes que protagonizam a luta pela revogação do Novo Ensino Médio. O calendário de lutas inclui o dia 19 e o dia 26 de abril e mostra o caminho para o 1º de maio, que deveria se realizar com o engajamento das centrais, sindicatos e trabalhadores na luta por exigências concretas dirigidas ao governo Lula.

O GOVERNO LULA COMEÇOU A RETOMAR OS PROGRAMAS SOCIAIS MAS AINDA É INSUFICIENTE

estão sem o piso. Os estudantes universitários, sem assistência estudantil, para ficar em dois exemplos.

A velocidade e a intensidade das medidas que deveria tomar o governo Lula, para atender os anseios do povo trabalhador que o elegeu, se chocam com os interesses do mercado financeiro, que tem em uma de suas

MENSAGENS DOS NOSSOS LEITORES

Nesta edição, em celebração dos 45 anos do Jornal O Trabalho, retomamos a seção de cartas dos leitores. Compartilhe conosco suas impressões, sugestões e críticas sobre o jornal operário mais antigo em circulação no Brasil! Você pode enviar pelo email jornal@otrabalho.org.br

★ A persistência do trabalho escravo (JOT 914)

“Gostei muito da análise. Só não entendi ‘luta dos escravizados e do povo’. Escravizado também era povo. Ser escravizado exclui de cidadania, não de ser povo.”

Carol Pinho, Feira de Santana (BA)

✍️ **Resposta do autor:** Claro. A leitora tem toda a razão. O sentido da frase era “luta dos escravizados e de todo o povo”, destacando particularmente os

escravizados, mas como parte de “todo o povo”. Eram a vanguarda de uma luta de interesse de todo o povo trabalhador. A frase publicada ficou mal formulada.

Paulo Zocchi

★ Por que é urgente revogar o Novo Ensino Médio? (JOT 914)

“Já sabia que a reforma era um problema para os estudantes de escola pública, mas ver no detalhe sua aplicação ajuda a entender o abismo para o qual estamos jogando nossos jovens.”

Léo Maria, Juiz de Fora (MG)

✍️ **Resposta da autora:** Quanto mais percebemos os efeitos do novo ensino médio na juventude e nos professores, mais entendemos a necessidade de somar na luta pela sua revogação. As mobilizações da UBES no dia 19 e

da CNTE no dia 26 são nossos próximos pontos de encontro.

Paula Ferreira

★ Militares ajudaram golpistas a fugir (JOT 914)

“Gostei da matéria, mas não acho que as investigações cheguem muito longe, sabe? No final das contas os patrocinadores tinham que ser presos. Tem uma lista de milhões de direitas que bancam essas coisas e nada foi feito...”

Maria Tereza, Florianópolis (SC)

✍️ **Resposta da redação:**

Com certeza, a Maria Tereza tem razão, os graúdos patrocinadores devem ser processados e presos. Por isso é mais uma questão de lutarmos para que todos os golpistas não fiquem impunes do que de acreditar. Sem anistia, vamos à luta!

Memória

CONTRA SARNEY, MILHÕES DE TRABALHADORES PARAM

Depois do movimento da Greve Geral de março, o Brasil não é mais o mesmo. Se alguém ainda tinha dúvida sobre o significado da vitória eleitoral do PT em novembro, depois da greve as coisas estão completamente claras. (...) Cada vez mais confiantes nas suas próprias forças, os trabalhadores querem terminar com esse governo antinacional e antipopular. Terminar com Sarney, com a miséria e o arrocho, com a política, enfim, de pagamento da dívida externa. (...) Centenas de milhares entraram em greve antes mesmo das 48 horas acertadas pela CUT e pela CGT. (...) É preciso terminar com esse governo e sua política de destruição; destruição da Amazônia, do serviço público, da saúde e da educação.

O Trabalho nº 276 – abril de 1989



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

A Comissão da Anistia voltou

O governo Lula retomou, na véspera do aniversário golpista, os trabalhos da Comissão da Anistia. Na sessão do dia 30 de março, aos gritos de “nunca mais”, o novo colegiado de 16 membros presididos pela professora da UNB Eneá de Stutz e Almeida reuiu quatro requerimentos negados no governo anterior: Romário Cezar Schettino, Cláudia de Arruda Campos, José Pedro da Silva e Ivan Velente.

A reformulação da Comissão, realizada em janeiro, também incluiu alterações no seu estatuto permitindo pedidos coletivos de reparação e exigência de desculpas do Estado.

A volta da Comissão é um fato positivo frente ao desmantelamento que sofreu logo após o golpe em 2016. Durante os governos do golpista Temer e do genocida Bolsonaro, nada menos que 95% dos pedidos foram negados. São casos de tortura, perseguições políticas, assassinatos e outros crimes comprovadamente cometidos no período sombrio da



↳ Sívio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos anuncia Comissão da Anistia

ditadura militar.

Não por acaso, é que na retomada dos trabalhos está prevista a análise e revisão de mais de 4 mil pedidos que vão desde indeferimentos absurdos, a simples medidas como dar andamento a reparações já decididas, porém engavetadas.

Foi inevitável nesta solenidade ser lembrado a tentativa de golpe fascista de 8 de janeiro. Há muitas provas do envolvimento dos militares na sanha golpista, inclusive generais e tantos outros oficiais saudosos da ditadura. Todos devem ser punidos, sem perdão. Por isso, que a volta da Comissão

e a retomada das reparações é uma medida correta e atualíssima.

Resta, no entanto, garantir orçamento para o pagamento das indenizações, o que o governo anterior, por razões, óbvias não fez.

Paulo Riela

Sem Anistia para golpistas!

Prêmios para milicos

Militares que não cumpriram sua missão de dar segurança aos prédios públicos durante a tentativa de golpe de 8 de janeiro continuam impunes e somente agora começarão a ser ouvidos (leia abaixo). Enquanto isso, alguns deles passaram a ter novas funções de destaque.

O general Gustavo Dutra de Menezes, que chefiava o Comando Militar do Planalto (CMP), foi premiado com a 5ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, ganhou um cargo no Comando de Operações Terrestres (Coter). Já o tenente-coronel Jorge Fernandes da Hora, que comandava o Batalhão da Guarda Presidencial, passou a ser adido militar na Espanha.

Oficiais serão ouvidos

Cerca de 80 militares do Exército finalmente começaram a ser ouvidos pela Polícia Federal a respeito

dos acontecimentos de 8 de janeiro. Entre eles estão oficiais como o general Gustavo Dutra de Menezes (só exonerado de fato do CMP quando foi convocado a depor) e o tenente-coronel Jorge Fernandes da Hora. Os que forem eventualmente acusados passarão por julgamento na Justiça Comum, e não na espúria Justiça Militar, que nem deveria existir.

Agenda suspeita

O general Carlos Pentead, que ocupava o cargo de secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo Bolsonaro, ficou nessa função até 24 de janeiro – ou seja, continuava a ter o segundo cargo de importância no GSI em 8 de janeiro. Em entrevista ao canal de YouTube do jornalista Bob Fernandes, o especialista em questões militares Ananias Oliveira explicou que durante anos esse general atacou de forma violenta, nas redes sociais, o PT, Lula e Dilma. Oliveira afirma

que em 19 de dezembro Pentead recebeu o coronel de reserva Cláudio Barroso Magno Filho. O pesquisador diz que o nome do general tem sido pouco citado na mídia, mas ele deveria explicar de que assuntos tratou com o coronel, que foi da mesma turma militar de Bolsonaro, atuou no Haiti e é considerado especialista em guerrilha urbana.

PEC pode limitar militares na política

O governo Lula elabora uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe militares da ativa de assumir cargos no Executivo e de disputar eleições. De acordo com matéria da repórter Vera Rosa, do Estadão, a PEC estipula que, caso integrantes das Forças Armadas queiram concorrer a mandatos ou atuar em governos, serão transferidos para a reserva, demitidos ou licenciados ex officio (o que equivale a uma aposentadoria). Atualmente, a Constituição possibilita que os militares com mais de dez anos de serviço

retornem a seus postos quando disputam eleições e são derrotados. A iniciativa é articulada pelo Ministro da Defesa, José Múcio. Múcio, por outro lado se opõe a mudar o artigo 142 e a GLO. Parece querer ceder os anéis para não deixar os militares perder os dedos.

Alteração do artigo 142

Já o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) recolhe assinaturas para apresentação de outra PEC, relativa à modificação do artigo 142 da Constituição (leia entrevista com Zarattini na edição anterior). Sua proposta tem quatro pontos principais: extinção das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na área da segurança pública, que dão atualmente ao Exército o poder de pressionar a vida política do país; proibição expressa de os militares participarem da política; transferência automática para a reserva dos militares que ocuparem cargos civis; e autorização para que os militares participem de

missões humanitárias.

Gastos irregulares e joias

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) indica que, no governo Bolsonaro, verbas que deveriam ter sido utilizadas no combate à Covid-19 foram gastas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas de forma irregular. Entre outras aberrações, descobriu-se que o Exército torrou R\$ 256 mil em salgadinhos e refrigerantes. Nada mais coerente com o que fazia o próprio Bolsonaro, que inicialmente embolsou algumas das joias vindas da Arábia Saudita. Depois que foi descoberto, devolveu a parte que escapara ao controle da alfândega.

Em depoimento à Polícia Federal no dia 5, o ex-presidente teve a cara de pau de dizer que só ficou sabendo do assunto no ano passado, embora seus assessores tenham feito oito tentativas desde 2021 de resgatar o material apreendido (cujo valor total é R\$ 18,5 milhões).

UMA NO CRAVO, OUTRA NA FERRADURA

DN-PT cancela PEDs só municipais, abre debate sobre arcabouço fiscal, mas revoga decisão de congresso

Reunido no último dia 10, o Diretório foi convocado, principalmente, para regulamentar o PED (Processo de Eleição Direta) nos Diretórios Municipais. Na reunião anterior por larga maioria, foi decidido prorrogar os mandatos da direção nacional e das estaduais (que vencem este ano) para 2025, com outra decisão esdrúxula: manter o PED para os DMs, o que nega o caráter nacional do partido e confinaria os petistas nos municípios a uma discussão limitada aos problemas locais. O PED, já ficou demonstrado, é um processo viciado, no qual mandatos e poder econômico definem resultados e a discussão política é esvaziada. Mas é o que temos, por enquanto. Realizá-lo só nos municípios para renovar os DMs seria mesmo esdrúxulo. Por isso pegou mal nos DMs, inclusive de capitais. Em São Paulo, por exemplo, 80% das macrorregiões foram contrárias.

A capital aprovou uma resolução no sentido de “ou adia tudo ou não adia nada”. Nesta reunião do dia 10, uma nova resolução do DN, aprovada por maioria (o DAP apoiou) decidiu “prorrogar o mandato até 30/06/2025 instâncias municipais”. Menos mal!

Cargo vitalício?

Surpreendendo e forçando a mão, a maioria colocou em discussão e votação, uma decisão do 4º Congresso do PT que estabeleceu limitar a três, os mandatos parlamentares – no mesmo nível. E deu 12 anos de prazo para sua aplicação. Assim nas eleições municipais de 2024, o vereador ou vereadora que já cumpriu três mandatos não poderia se candidatar a mais um. Mas, com argumentos frágeis e que escamoteiam a real discussão, da necessidade de renovar, de não criar feudos, oligarquias de parlamentares que se repetem

nos mandatos, a maioria decidiu, revogando a decisão do 4º Congresso, que sim podem! E lá nave vá! Na verdade, atrás da questão dos vereadores estão os deputados, já em campanha, que ganham uma “reserva de mercado”. Parlamentares com quatro, cinco, seis mandatos seguirão, como se fosse uma profissão e se a construção da luta e do partido fosse apenas através do mandato parlamentar. Perigoso precedente revogar por maioria uma decisão de congresso! 50 votos seguiram a presidente Gleisi, 17 (DAP inclusive) foram contra e 3 abstenções.

Arcabouço fiscal: desconforto e críticas

A discussão de conjuntura, inicialmente não prevista, foi introduzida com míseros 90 minutos de tempo. As ações positivas do governo nestes 100 dias foram, corretamente, ressaltadas, mas

nem tudo são flores.

A começar pela presidente Gleisi, várias intervenções registraram desconforto ao novo arcabouço fiscal apresentado, por enquanto só oralmente, pelo ministro Haddad (ver pag.9).

“...saudamos o fim da nefasta Lei do Teto de Gastos e nos preparamos para debater, no interior do Partido, no Congresso e na sociedade, as propostas de novas regras fiscais e de reforma tributária, tão logo sejam completamente conhecidas, reafirmando que a prioridade da política econômica é o desenvolvimento, a reindustrialização e o crescimento com geração de empregos e oportunidades” diz o texto adotado (íntegra no site do PT). O DN decidiu convidar o ministro Haddad e economistas do PT, muitos vêm com restrição a proposta, para participar deste debate..

Misa Boito

“ORTEGA TRAIU TODOS OS IDEAIS DA REVOLUÇÃO SANDINISTA”

Almoço com Monica Baltodano em São Paulo expressa solidariedade aos perseguidos políticos na Nicarágua

Em 11 de abril, em São Paulo, ocorreu um almoço entre companheiras e companheiros a propósito da presença entre nós de Monica Baltodano, 68 anos, veterana da revolução sandinista, uma das três mulheres comandantes da guerrilha que derrubou a ditadura de Anastácio Somoza em 1979, tendo sido ministra e deputada, primeiro pela Frente Sandinista de Libertação Nacional e depois pelo Movimento pelo Resgate do Sandinismo.

Monica está no Brasil a convite da secretaria de relações internacionais do PSOL para uma agenda de reuniões com setores da esquerda e do governo Lula, para denunciar o que se passa na Nicarágua em matéria de atropelo aos direitos humanos e de cidadania por parte do regime comandado por Daniel Ortega e sua esposa Rosário Murillo. Vivendo atualmente na Costa Rica, como exilada e com sua cidadania e direitos políticos cassados pelo governo nicaraguense, Monica também irá ao Uruguai e à Argentina com a mesma missão.

No início da atividade, Luiz Eduardo Greenhalgh apresentou cada um dos companheiros e companheiras presentes e, numa breve fala, demonstrou a indignação, que é a de toda uma geração de militantes que teve na revolução sandinista uma inspiração no final dos anos 70 e início dos 80 do século XX, com a trajetória assumida

posteriormente por Daniel Ortega, em aberta oposição aos ideais e esperanças então despertados, num momento em que se iniciava também a construção do PT no Brasil. Assegurando a Monica que todos e todas ali presentes não faltariam com o dever de denunciar a perseguição a militantes antiimperialistas e democráticos na Nicarágua, Luiz passou a palavra a ela.

Monica Baltodano, visivelmente emocionada, explicou os motivos de sua viagem e expôs as razões do giro autoritário do regime orteguista, relacionando-o a relações econômicas estabelecidas entre o casal presidencial e a oligarquia nicaraguense – Ortega e Rosário são hoje donos da maior fortuna no país centro-americano – à corrupção e ao manuseio privado até mesmo de ajuda internacional recebida pela Nicarágua. As relações do regime com o imperialismo dos EUA, até as grandes manifestações de massa de 2018 reprimidas brutalmente pelo governo, eram muito boas, com o país fazendo parte da CAFTA (tratado de livre comércio da América Central com os EUA), como o faz até hoje.

No último período, após as mais de 300 mortes provocadas pela repressão



↳ Júlio Turra, Monica Baltodano, Calério Arcary e Luiz Eduardo Greenhalgh

à mobilização espontânea de 2018 contra um projeto de reforma da Previdência que acabou sendo retirado por Ortega, o giro ditatorial do regime aumentou de intensidade, chegando ao absurdo de se cassar a cidadania de opositores, que são expulsos do país sem documentos e sem acesso a recursos econômicos, pois tiveram suas casas, economias e empregos eliminados, gerando situações ainda piores do que na época da ditadura Somoza. A própria Monica, quando foi presa durante o regime somozista, tinha o direito elementar de receber a visita de seus filhos, coisa que é negada hoje pelo regime de Ortega às atuais presas políticas.

O fato é que não há democracia nem liberdade na Nicarágua de hoje. Na última reeleição Presidencial,

por exemplo, Ortega venceu estando todos os seus concorrentes presos propositalmente.

Após a fala de Monica, durante o almoço, a conversa continuou entre os presentes. Aqui e ali se ouvia que o governo de “Daniel Ortega não representa o espírito da revolução sandinista, muito ao contrário, e que é preciso denunciar os seus crimes”.

Ao sair para uma sessão da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Eduardo Suplicy pediu a palavra para, além de assegurar total solidariedade a Monica Baltodano e demais companheiros e companheiras nicaraguenses que fizeram a revolução e hoje são perseguidos por Ortega, colocou-se à disposição para abrir portas e diálogo com dirigentes do PT e com próprio presidente Lula.

Ao final da atividade, ficamos incumbidos de registrá-la na forma deste artigo, reafirmando o compromisso de todas e todos os presentes com a busca da verdade, o resgate dos princípios originais da revolução sandinista e a denúncia da situação de calamidade que vive hoje o povo nicaraguense.

São Paulo, 12 de abril de 2023
Luiz Eduardo Greenhalgh,
Valério Arcary, Julio Turra



↳ Assembleia do SINTE-SC define greve no dia 26 de abril

Trabalhadores da educação em luta

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que congrega sindicatos de professores da rede pública do ensino básico está convocando para o dia 26 de abril um dia de greve nacional, que deve mobilizar de forma unificada trabalhadores da educação em todo o país.

Na pauta está a defesa da Revogação do Novo Ensino Médio (ver ao lado) e a luta pela aplicação do Piso Nacional Salarial dos professores em todas as carreiras da educação.

Esta formulação “em todas as carreiras” tem razão de ser. Neste ano, após o reajuste concedido pelo governo Lula o piso alcançou o patamar de R\$4.420,00 para até 40h semanais. Procurando burlar o espírito da lei do Piso, gestores de todas as colorações políticas querem transformar o piso, ou seja, o valor mínimo a ser pago, em teto, no valor

máximo. Para isso, utilizam o expediente de aplicar o índice de reajuste apenas suficiente para equiparar os salários mais baixos ao piso.

Assim, ano a ano vão achatando as carreiras, deixando sem reajustes ou com reajustes menores os trabalhadores com mais tempo de estrada, anulando, na prática, as progressões funcionais e promoções.

A reivindicação tem ainda uma outra dimensão. É que a CNTE considera correto que se aplique o reajuste para todos os trabalhadores da educação como secretários escolares, porteiros, coordenadores pedagógicos etc., não apenas os professores.

Categorias já estão em luta

Apesar do dia nacional de greve no final de abril, algumas categorias, já encerraram ou caminham para encerrar suas campanhas salariais. É o caso, por exemplo, dos professores

do Rio Grande do Norte, estado governado pela professora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores. Depois de 37 dias de greve, a categoria finalmente conquistou a aplicação do índice de reajuste do piso em toda a carreira, embora de forma parcelada.

Os trabalhadores que ganham abaixo do piso, terão os 14,96% desde abril. Já os trabalhadores da ativa e aposentados que ganham acima do piso receberão o reajuste em três parcelas. 7,21% em maio; 3,69% em novembro; 3,49% em dezembro. Quanto aos valores retroativos, serão pagos em parcelas entre maio e dezembro de 2024.

Em Juiz de Fora, prefeitura também governada pelo PT (Margarida Salomão) o Sindicato dos professores conquistou a aplicação do índice do piso para todos (ativos em todos os níveis e aposentados)

a partir de maio, depois de três dias de paralisações. Agora a categoria finaliza a negociação de um acordo para definição de um cronograma para pagamento dos retroativos de 2022 e 2023. Essa conquista coroa uma vitória. Em três anos (2021, 22 e 23) os trabalhadores da educação de Juiz de Fora acumularam 60% de reajuste, ante uma inflação de 16,5%.

Já o Sindicato dos Professores de Recife (PE), enfrenta a intransigência do prefeito João Campos (PSB). Foram necessários cinco dias de greve entre o dia 28 de março e o dia 10 de abril, para que o prefeito simplesmente reabrisse negociações. Diante da ilegalidade, multa diária de 100 mil e do alto número de contratos temporários, a categoria suspendeu para negociar. Campos oferece apenas 8% na carreira e o restante em forma de abono. A categoria contrapropôs um índice de pelo menos 12% na carreira, mas a prefeitura não aceita. No dia 13 de abril uma assembleia rejeitou a proposta do prefeito e apresentou um calendário de lutas que inclui uma paralisação também no dia 26 de abril.

Motores esquentam para o dia 26

Envolvidos em suas próprias campanhas salariais, mas unificados por um índice comum em todo o país, diversas categorias preparam o dia de greve em 26 de abril.

Mais de cinco mil professores em Santa Catarina se reuniram em assembleia no dia 13 de abril para deliberar a paralisação total das atividades na data proposta pela CNTE.

A Apeoesp, sindicato dos professores do estado de São Paulo e o Sindute, que representa os trabalhadores da educação em Minas Gerais, também estão convocando a greve para este dia. Até o dia 26, outras entidades sindicais devem se somar à luta.

Universitários lutam por assistência estudantil

Em 28 de março, estudantes da UFMT organizaram um ato na universidade e ocuparam uma das guaritas e também a reitoria durante a reunião do conselho universitário. Maria Eduarda, militante da Juventude Revolução do PT (JRdoPT), explicou que “o ato é para a reitoria não aprovar um corte na assistência estudantil dentro do orçamento da universidade.”

A situação orçamentária das universidades federais é difícil. Após 6 anos de desmonte, as universidades públicas funcionam com base no dito do “mínimo necessário”. Na UFMT, por exemplo, para executar esse tal mínimo, a reitoria alega que precisaria de 6 milhões a mais em relação ao orçamento do ano anterior (2022) e permitiu que os conselhos universitários aprovassem um corte de R\$ 2

milhões nos programas de assistência estudantil. Fato é que em 2015, esta universidade que recebia R\$ 24 milhões do Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, passou a receber apenas R\$ 16 milhões em repasses deste programa agora.

Na UFBA, sem uma justificativa plausível, o semestre letivo iniciou com os restaurantes universitários fechados e com milhares de estudantes sem condições de se alimentar na universidade. A situação é simples: os estudantes estão pagando a conta da crise. Nessas e outras universidades ocorrem mobilizações estudantis que cobram a responsabilidade de Lula em apresentar uma solução para essa crise anunciada. É fundamental que se faça uma recomposição de verbas PNAES.

Leonardo Rondon



↳ Estudantes da UFMT lutam por assistência estudantil



Estudantes ocupam as ruas de Sarandi-PR contra o Novo Ensino Médio

Luta pela revogação do Novo Ensino Médio continua após suspensão

No dia 5 de abril, foi publicada, pelo Ministério da Educação, uma portaria suspendendo a implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Foi uma vitória do movimento pela revogação, a primeira medida concreta de Lula que sinalizou positivamente para o movimento. A portaria foi recebida com euforia nas escolas por professores e estudantes que chegaram a pensar que o Novo Ensino Médio estava revogado. Infelizmente, esse não é o caso.

O Novo Ensino Médio foi instituído pela lei 13.415 aprovada no Congresso Nacional em 16 de fevereiro de 2017. Portanto, só poderia ser revogada por outra lei aprovada pelo congresso. A portaria do MEC tem efeito apenas sobre o calendário de implementação do NEM, que havia sido instituído pelo governo Bolsonaro em 2021 e

agora está suspenso pelo prazo de 60 dias após o término da consulta instituída pelo MEC no mês passado.

Mesmo sendo uma medida com alcance limitado, a portaria do MEC suscitou a reação de empresários da educação e secretários da educação estaduais. No mesmo dia, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) se declarou contrário à suspensão e as entidades patronais das escolas privadas ameaçam ir à justiça para derrubar a medida. O Estadão e O Globo correram para afirmar que a portaria não tem nenhum efeito imediato e ela só provoca "confusão". Por fim, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo declarou que não irá suspender nada e que o calendário de implementação do NEM está mantido no estado.

Nessa situação, os estudantes

preparam novas manifestações pela revogação do Novo Ensino Médio no dia 19 de abril. Há atos confirmados em diversas cidades. Em São Paulo, o ato nacional está sendo convocado pela UBES com o apoio de outras entidades estudantis às 8h da manhã na frente do MASP. Lucas, estudante de uma ETEC, relata a movimentação na sua escola: "o grêmio começou a mobilizar-se com ajuda da UMES (União Municipal do Estudantes Secundaristas)".

Em Maringá (PR), os estudantes preparam um ato na frente do núcleo de educação, órgão da rede estadual de ensino. Ramona, estudante de Sarandi (PR), que está mobilizando para essa manifestação afirmou: "É muito importante a colaboração de todos, quanto mais unidos, melhor. Tome a iniciativa, faça diferente e use

a sua voz para motivar outras. O povo precisa ser ouvido." Em Juiz de Fora (MG), está sendo organizado o ato na cidade por iniciativa da JRdoPT. Gabriel, estudante universitário da cidade, relata: "Puxamos o ato às 8h30 em uma reunião com secundaristas de 3 escolas aqui da cidade". Eles planejam panfletagem para impulsionar a manifestação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que apoia a mobilização dos estudantes dia 19, prepara, para o dia 24, a entrega de abaixo-assinado de parlamentares de todo o Brasil ao Ministro da Educação pedindo a revogação do Novo Ensino Médio e no dia 26 convoca o dia de greve pelo piso nacional dos professores e pela revogação do NEM.

Cristiano Flecha

Violência nas escolas é sintoma

O país ficou chocado com o ataque à creche de Blumenau. E não era para menos. O assassinato a sangue frio de quatro crianças foi um ato de brutalidade, agravado pelo fato de que não é um raio em céu azul.

Desde 2002, o Brasil registrou 22 ataques deste tipo em instituições de ensino. O detalhe é que desses ataques pelo menos 14 ocorreram de 2017 até hoje, sendo que dez aconteceram nos últimos oito meses.

A relação entre esses ataques e a criação de uma cultura de fácil acesso a armas de fogo, da discriminação e do ódio, é evidente.

O governo Bolsonaro, principal patrocinador dessa política, tem responsabilidade direta. Promoveu discursos discriminatórios, espalhou mentiras em escala industrial e

adotou medidas de incentivo à violência. Mas a questão vai além. É um sintoma das condições de degradação que vivemos.

Não é coincidência o aumento dos trabalhadores libertados de situação análoga à escravidão, o cenário de fome, desemprego, desindustrialização, a falta de investimento público no país, o Novo Ensino Médio, tudo isso ao mesmo tempo em que cresce este tipo de violência nas escolas.

Onda de Pânico

Ao ataque de São Paulo e depois o de Blumenau, seguiu-se uma onda de preocupação e medo nas escolas e comunidades. Novos ataques foram contidos, como em Manaus, onde um estudante tentou esfaquear três pessoas. Novas ameaças foram feitas às centenas, o que causou uma onda

de pânico na comunidade escolar.

A extrema direita se aproveita da situação para ampliar a sua defesa de militarização das escolas. Jovens que estão começando a se mobilizar contra o Novo Ensino Médio se sentem intimidados. Coincidência?

É óbvio que, numa situação emergencial, onde ameaças são feitas, reais ou imaginárias, medidas de proteção podem ser tomadas. Um botão para acionar a polícia em caso de emergência, por exemplo, pode ser útil. Também ajuda agir com inteligência para desbaratar potenciais articuladores dos ataques, escondidos no anonimato das redes sociais.

Mas a questão não será solucionada com militarização. Aliás, a militarização no Brasil é uma conhecida fonte de violência, não o contrário.

Imediatamente, é preciso medidas,

mas de maneira adequada nas escolas. A presença de porteiros, por exemplo, quase inexistentes, deveria ser obrigatória. O acolhimento também precisa estar na ordem do dia. A escola precisa de estrutura, merenda adequada e de atendimento psicológico, assim como assistentes sociais para alunos, pais e trabalhadores.

Isso, inclusive, já está previsto em lei, mas, praticamente, não é cumprido em nenhum lugar.

Recuperar os Centros de atenção Psicossociais (CAPS), desmontados pelo governo anterior, também é importante. São todas medidas que exigem investimentos pelos governos.

Serão compatíveis com qualquer "arcabouço fiscal", Lei de Responsabilidade Fiscal ou teto de gastos?

Juca Gonçalves

1º de Maio, dia do trabalhador: exigir as reivindicações concretas

**DIA DO TRABALHADOR(A)
DIA DE LUTA!**

EMPREGO RENDA DIREITOS DEMOCRACIA



1º de Maio. Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, é uma data de reflexão e luta que, pelo quinto ano consecutivo, será realizada de forma unitária pelas centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical Central e Pública.

Foi justamente essa unidade que garantiu ao movimento sindical resistir e lutar nesse que foi um dos períodos mais difíceis da história recente do Brasil, com ataques e perdas sem precedentes à classe trabalhadora, à economia, aos direitos, à democracia e à soberania.

Emprego, direitos, renda e democracia seguem compondo nosso grito de luta em 2023, neste 1º de Maio Unificado das Centrais Sindicais.

A democracia venceu, a classe trabalhadora venceu. Há muita luta pela frente para reconquistar e ampliar direitos. Lutamos pela revogação dos marcos regressivos da legislação trabalhista.

Nossa luta por um país mais igual e mais justo, com empregos de qualidade, tem neste 1º de Maio um novo marco, agora, baseado, na esperança e no protagonismo da classe trabalhadora.

FORTALECIMENTO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS
MAIS EMPREGOS E RENDA
FIM DOS JUROS EXTORSIVOS
POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO
DIREITOS PARA TODOS
REVOGAÇÃO DOS MARCOS REGRESSIVOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA
APOSENTADORIA DIGNA
TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL - CONVENÇÃO 156 (OIT)
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO - CONVENÇÃO 151 (OIT)
CONTRA O ASSÉDIO MORAL, A VIOLÊNCIA E O RACISMO
REVOGAÇÃO DO "NOVO" ENSINO MÉDIO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR APLICATIVOS
EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

**VALE DO ANHANGABAÚ/SP
A PARTIR DAS 10 HORAS**



↳ Convocação das Centrais Sindicais

Maio nacional e unificado em São Paulo no Vale do Anhangabaú, sendo anunciado a presença de Lula no ato político.

O lema do 1º de maio: emprego, renda, direitos e democracia. Pontos justos, mas genéricos, sem dizer, por exemplo, qual o valor do salário-mínimo que querem, mesmo que tenham proposta concreta elaborada pelas Centrais e DIEESE. A ausência notável desta reivindicação como de outras, se deve ao fato de que Lula estará no palanque e será anunciado valor abaixo do reivindicado?

Sem dúvida os R\$ 1320,00 que serão anunciados por Lula representam um avanço diante dos anos de Bolsonaro que não deu ganho real. Mas a independência do movimento sindical, não deveria ser comprometida.

Faltam lutas concretas

Na plataforma unitária das Centrais faltam lutas concretas que vem

se desenvolvendo. Está ausente por exemplo a reestatização da Eletrobrás na qual os eletricitários estão em campanha através do abaixo assinado dirigido ao governo, ou ainda dos metroviários de Belo Horizonte, que mesmo com a realização da privatização continuam pedindo sua revogação. Também está ausente a defesa do Porto de Santos, ameaçado de privatização pelo governo Tarcísio, em SP, mas com consequências nacionais.

Outro exemplo de ausência: o fim do trabalho escravo que virou pauta nacional após a intensificação da fiscalização pelos fiscais do trabalho (mesmo com o sucateamento do Ministério do Trabalho), o que exige novos concursos para preenchimento dos cargos vagos.

Mesmo a luta pela revogação da reforma do ensino médio, exigência de professores e alunos cuja mobilização fez o governo suspender sua aplicação, entra na pauta de forma genérica contra a farsa do Ensino Médio (sic)!

Seria necessário incluir tais pautas e muitas outras, como por exemplo a exigência de fim da autonomia do Banco Central, Revogação das reformas previdenciária e trabalhista, aplicação do piso da enfermagem, e no

terreno democrático, o fim da tutela militar e punição aos golpistas (sem anistia!).

João Batista Gomes



40 ANOS DA CUT

A CUT completa 40 anos de vida, Central Sindical fundada sobre a base da luta pela liberdade e organização sindical, contra o atrelamento dos sindicatos ao aparelho de Estado em plena ditadura militar, defendendo a convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que determina que cabe aos trabalhadores e somente a eles definir sua forma de melhor se organizar para enfrentar o patrão. O problema que essa luta está ameaçada pelas discussões em torno da chamada Reforma Sindical que está sendo discutida no âmbito do Fórum das Centrais Sindicais. Essa reforma, ameaça reerguer o edifício da unicidade sindical, que nunca deixou de existir, mas foi fortemente abalado pela entrada em cena da CUT, 40 anos atrás.

De nossa parte manteremos firmes a luta pela defesa da CUT, Independente e de luta.

Governo Lula deveria receber Metroviários de BH

Até agora, presidente não recebeu os trabalhadores que lutaram contra privatização

Os metroviários combateram contra a privatização e pela defesa dos 1600 trabalhadores com manifestações desde o ano passado. Durante os últimos quatro meses, patrocinaram várias greves com 100% de paralisação, desafiando a CBTU e a Justiça do Trabalho.

Nas eleições presidenciais assumiram a defesa da campanha Lula, explicando que era com o PT que podiam derrotar Bolsonaro e conquistar suas reivindicações. No 2º turno, em uma das manifestações, com o então candidato a presidente, gravaram um vídeo com Lula carregando a bandeira do Sindicato, dizendo que não haveria mais privatizações.

Foram inúmeras tentativas de acesso à equipe de Transição, reivindicando a suspensão do leilão de 22 de dezembro. Após a posse e depois de muita insistência conseguiram reuniões com vários membros do governo, entre eles Alckimin, o vice-presidente. As várias cartas e manifestações solicitando reunião com o presidente eleito não foram suficientes para que Lula os atendesse e alguns ministros, como Luiz Marinho, ainda tiveram a cara-de-pau de dizer

que os metroviários chegaram tarde com suas reivindicações!

Quando foi adiada a assinatura do contrato de concessão, os metroviários - por um curto período - tiveram a esperança de terem barrado a privatização. Não foi o caso. A concessão foi finalmente assinada. Uma nova greve foi realizada para que o governo negociasse as condições de preservar seus empregos, sem sucesso.

A Comporte, empresa vencedora do leilão, nem bem assumiu e já tentou acabar com as liberações sindicais, ferindo o Contrato de Trabalho vigente e durante a greve fizeram um movimento de pressão contra os metroviários, abrindo vagas para novos empregados.

Mais uma vez, os metroviários insistiram em serem recebidos por Lula. Num protesto durante uma audiência pública com a presença do governo no dia 4 de abril, em Brasília, no Congresso Nacional, os trabalhadores metroviários roubaram a cena aos gritos de "Lula, receba os metroviários".

Na ocasião um diretor do sindicato desabafou: "A gente precisa do apoio do governo federal. Nós ajudamos o

governo a ser eleito e ele não pode virar as costas para nós!".

Ainda que com certa exaustão, a diretoria sindical e os trabalhadores estão realizando assembleias e lutando para barrar ações dos seus novos patrões. Apesar das derrotas acumuladas até aqui, a direção sindical saiu fortalecida deste processo. Há um sentimento generalizado de que não fizeram nada de errado. Em várias assembleias, os metroviários demonstraram ter consciência de que a eleição de Lula lhes dava mais possibilidades para conquistar suas reivindicações, mas que nada estava garantido devido a composição do governo com setores que apoiaram

o impeachment da Dilma, a Lava Jato e a prisão de Lula. Muitos se sentiram traídos e a declaração da presidente do Sindicato, Alda, expressando esse sentimento foi largamente utilizada de forma oportunista por setores petistas para tentar abalar a simpatia que os metroviários deixaram de lição para as próximas lutas de outras categorias. A realidade dos fatos, no entanto, deve se impor. Os metroviários deram exemplo de luta. Está errando o governo, em quem os trabalhadores depositaram suas expectativas.

Ainda é tempo de receber os trabalhadores e ouvir as suas demandas.

Sumara Ribeiro



LULA RETIRA EMPRESAS DA LISTA DE PRIVATIZAÇÃO

O governo Lula publicou um decreto muito positivo que retira da lista de privatizações os Correios, a Empresa Brasileira de Comunicações, a DataPrev, a Nuclep S.A., o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a Agência brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF) e o Centro Nacional de Tecnologia eletrônica avançada (Ceitec).

Também foram excluídas do Programa de Parcerias de Investimentos a Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab), a Telebras e a Empresa brasileira de administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA).

Algumas empresas ainda não saíram da lista, como a Ceasa Minas e o Porto de Santos. A luta para isso deve continuar.

Taxa de juros, o que está por trás

É preciso acabar com a autonomia do Banco Central

O novo governo está sob uma mal disfarçada pressão do capital internacional. É como se seus candidatos não tivessem perdido as eleições.

Um dos pontos de atrito é o presidente do Banco Central (BC) – herdeiro de Bolsonaro com mandato até dezembro de 2024 – que leva uma política de juros antinacional (13,75%). Como livrar a nação da canga do capital financeiro internacional?

É incontornável avançar para o fim da autonomia do Banco Central (lei 14.289/21). Por si, ela não garante muita coisa – lembremos das gestões dos banqueiros à frente do BC não-autônomo. Mas sem subordinar o BC ao governo, ficando na mão do “mercado”, será muito difícil, se não impossível avançar. O BC continuará instrumento da especulação financeira e não do desenvolvimento social e nacional.

Com um BC engajado nos compromissos de campanha de Lula, o governo não sofreria tanta pressão para se engajar numa “âncora fiscal”.

As sucessivas “âncoras” - que nem existem em muitos países - aqui chegaram pela nau do FMI, desde a “regra de ouro” na Constituição de 1988*, depois a LRF de FHC, e por fim o Teto de Gastos de Temer. Elas nunca deram certo, a dívida líquida continuou crescendo, sempre sacrificando o povo para engordar o capital financeiro internacional.

Simplificando, a dívida bruta interna chega a 64,1% do PIB, ou seja, quase R\$ 6,4 trilhões. A dívida líquida (tirando as reservas) é de 57,6%. A taxa Selic incide sobre o serviço dos títulos desta dívida: conforme ela sobe, o mercado exige parte maior do Orçamento para os juros, ao invés de gastos sociais e investimentos. O grande capital internacional e seu associado nacional detém juntos cerca de 40% da dívida pública interna. O capital financeiro quer a Selic maior para ganhar com os juros. Por isso exige “âncoras” fiscais. O que a imprensa não fala - não por acaso - é que é para pagar os gigantescos juros da dívida pública. Além do que, reduzir o juro



↳ Campos Neto, presidente do Banco Central com Bolsonaro e Guedes

real (Selic menos inflação) maior do mundo de 8% para 4%, como sugeriu o ministro Haddad, continuaria a penalizar o social.

Mas é previsível que uma correção de fundo no rumo do país na política de juros, possa trazer uma fuga de capitais, boicote da rolagem de títulos da dívida etc. Há hoje no Brasil uma mobilidade quase ilimitada para os capitais “voarem” embora, como chantagem aos governos. Será, então, preciso engatar com o restabelecimento do Controle de capitais que existiu no Brasil até há alguns anos. Isso é só soberania!

Os capitalistas se oporão às medidas necessárias ao novo rumo. É falsa a ideia do enfrentamento entre o capital produtivo (“aliado”) e o capital bancário (“perverso”). Isso acabou há um século com o advento do capital financeiro (imperialismo). No Brasil é

visível que as grandes empresas obtêm a boa parte de sua receita em aplicações financeiras. Mas os “frente amplistas” são cegos à realidade dos fatos.

O novo rumo deveria ser paciente e explicado ao povo trabalhador pelos partidos comprometidos, centrais e movimentos populares, porque essa mudança é a outra face da política de atendimento das demandas sociais pelas quais se mobilizam. Não há outra saída duradoura. A resposta do capital financeiro dará o tempo da Estatização dos Bancos, a qual se liga às outras reformas estruturais soberanas necessárias.

Markus Sokol

*Um mecanismo que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários, aposentadorias e juros da dívida.

O que é o “Arcabouço” de Haddad?

O ministro Haddad apresentou um esboço de “Novo Arcabouço Fiscal” (NAF). Visando substituir o “Teto de Gastos” (EC-95 de Temer), o NAF resumidamente:

1 Estabelece a cada um dos 4 anos do mandato Lula uma meta de resultado primário (arrecadação acima de gastos, para pagar juros da dívida) de: - 0,5%, 0%, 0,5% e 1% do PIB - com margem de 0,25 pontos percentuais acima ou abaixo.

2 O crescimento real anual das despesas (exceto juros da dívida, cujo gasto é ilimitado) ficará entre 0,6% e 2,5%. Mas isso submetido ao seguinte critério: se o resultado de superávit primário atingir a meta, as despesas poderão aumentar em até 70% do crescimento da receita; se for inferior à meta, as despesas poderão aumentar apenas até 50% do crescimento da receita.

3 No caso de Saúde e Educação, não haverá mais limite máximo,



↳ Haddad apresentou arcabouço fiscal

obedecendo a vinculação às receitas constitucionais (pisos de despesas de 15% e 18% da receita respectivamente).

4 Os investimentos públicos também ficarão fora da regra e terão um piso. Em caso de a meta de superávit ser ultrapassada, o excedente poderá ser usado em suplementação a tais investimentos.

5 se houver queda na arrecadação (devido a uma recessão), pode-se elevar as despesas em 0,5% acima da inflação.

Aonde levarão tais medidas?

O novo teto de crescimento do gasto (2,5%) é bem menor daquele ocorrido nos governos Lula I (4%), Lula II (10%) e Dilma I (3,5%). Mas mesmo tal teto não será atingido na atual gestão, a não ser que haja um forte aumento de impostos.

Embora Haddad tenha prometido elevar a arrecadação em R\$ 150 bi ao ano (em geral com medidas infralégais), isso seria insuficiente para garantir que o NAF permitisse uma expansão dos serviços/programas/investimentos sociais no mínimo igual àquela dos três primeiros governos petistas. Tal expansão (talvez) somente seria possível com uma reforma tributária ousadamente progressista, algo inviável com o atual Congresso.

Como o NAF não prevê piso à relação Despesas Sociais/PIB, esta pode cair em períodos de baixo crescimento econômico. Ademais, gastos discricionários - como o aumento do salário-mínimo na conta previdenciária,

salários de servidores, ou investimentos (que dependerão sempre de superávits, além da vontade política) - serão esmagados. Isso porque (similar ao atual Teto de Temer) os limites máximos de crescimento das despesas totais já serão usados pelo simples crescimento obrigatório das despesas constitucionais.

O piso mínimo para o crescimento do gasto em caso de recessão é apenas 0,5% acima do Teto de Temer - totalmente insuficiente para recuperar a economia. E o limite de crescimento do gasto (50% da receita) no caso de o superávit ficar abaixo da meta provocará uma espiral de recessão.

Embora bem menos draconiano do que o Teto de Temer, o NAF de Haddad ainda cede ao mantra dos “mercados” financeiros: cortar gastos para supostamente reduzir o endividamento - o que é uma falácia. Cortar gastos sociais não reduzem (de fato aumentam) a relação Dívida/PIB. Ao se gastar mais, gera-se mais empregos, impostos e PIB, reduzindo-se tal relação.

Alberto Handfas

Relançado comitê "Defender o Haiti é defender a nós mesmos"

Ato na Câmara Municipal de São Paulo reuniu dezenas de lideranças



Alexandre Linhares

↳ Participantes do ato de relançamento do comitê

No último 21 de março, na Câmara de vereadores da capital paulista, foi relançado o Comitê "Defender o Haiti é defender a nós mesmos", originalmente criado quando da ação militar da ONU no Haiti (2004-2017) que teve o comando militar do Brasil na ocupação do país irmão, primeira nação negra independente das Américas.

A atual situação de caos e violência que assola o povo haitiano, à mercê de gangues armadas a serviço de políticos e empresários locais, lacaios do imperialismo dos EUA que é o verdadeiro dono do país, justifica por si só

o relançamento do comitê, pois ela é herdada dos longos anos de ocupação militar, violência contra a população local e pilhagem dos recursos naturais. Os generais brasileiros que comandaram a Minustah (missão da ONU), muitos deles, a começar pelo general Augusto Heleno, depois se aboletaram no governo Bolsonaro, como sabemos.

Na mesa coordenada por Bárbara Corrales, do diretório municipal do PT e DAP, estavam José Genoíno (PT), Luiz Eduardo Greenhalgh (DN PT e DAP), Regina dos Santos (Movimento Negro Unificado), Gegê (Central de

Movimento Populares) e Julio Turra (Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio). O orador principal foi David Oxigène, do Moleghaf – Movimento pela Liberdade e Igualdade dos haitianos pela fraternidade – que se encontra no Brasil após ter sido ameaçado de morte por gangues em Porto Príncipe no final do ano passado.

Solução haitiana para a crise

David explicou a luta das organizações populares e sindicais do Haiti, o papel do "Core Group", composto pela ONU, OEA, União Europeia, Brasil, Canadá, França, Alemanha,

Espanha e EUA, para continuar a ocupação, "agora sem botas militares", do país, e as ameaças recorrentes de nova intervenção militar estrangeira no Haiti, defendendo "uma solução haitiana para a crise, com o fim do atual governo não eleito de Ariel Henry e a organização de eleições livres".

Genoíno e Luiz Eduardo falaram sobre a posição equivocada do governo Lula de aceitar o comando militar da Minustah, diante da realidade do que foi a ocupação, enquanto Gegê e Regina reforçaram a luta solidária com o Haiti. Tomaram a palavra também as vereadoras Luna Zaritini (PT), que ofereceu seu gabinete para sediar o comitê, e Natália Chávez (PSOL), desde o plenário, assim como Markus Sokol (PT e DAP), que recordou que ainda antes da ocupação já havia uma campanha contra o envio de tropas brasileiras, e Fedo Bacourt, da União Social dos Imigrantes Haitianos.

O comitê, que segue aberto a adesões, prepara um boletim que, além da cobertura do seu relançamento, trará notícias sobre a luta do povo haitiano e ações de solidariedade que venham a ser adotadas.

Julio Turra

Israel, manifestações não cessam

No último dia 8 as ruas de Tel Aviv, mais uma vez, foram tomadas por milhares de manifestantes. Manifestações e uma greve geral fizeram o governo recuar (suspender) sua pretendida reforma da Justiça. Abaixo uma análise da situação do país publicada no jornal francês *Informações Operárias* (edição de 6 abril).

A fratura da sociedade israelense não para de se acentuar

A amplitude e a continuidade das manifestações no Estado de Israel contra a reforma da Corte de Justiça, além das massivas críticas das comunidades judaicas estadunidenses, assim como a advertência explícita de Joe Biden, inquietando-se sobre o rumo de suas escolhas, forçaram Benjamin Netanyahu a recuar. Nesse momento, trata-se apenas de uma suspensão. Ao mesmo tempo, para dar uma garantia aos ministros abertamente racistas e os convencerem sobre a ampla expulsão dos palestinos da Palestina, Netanyahu anuncia a criação de uma nova

guarda nacional. Essa será colocada diretamente sob o comando de Itamar Ben Gvir, ministro qualificado como nazista pelos opositores israelenses. Para muitos destes últimos, está claro que essa nova força armada não estará apenas encarregada de reprimir os palestinos...

A fratura profunda que divide a sociedade israelense, e que não para de se acentuar desde a eleição de Netanyahu, tem repercussões consideráveis no conjunto das "comunidades judaicas" do mundo inteiro, e a diferenciação dos opositores a Netanyahu em dois campos, certamente desiguais, aumentou. Uma fração da oposição a Netanyahu, em particular ligada ao aparelho militar trabalhista – dirigido por antigos primeiros-ministros, como Yair Lapid e Naftali Bennett –, recusou-se a incluir a questão palestina nas reivindicações. Porém, o elemento mais significativo no plano democrático em torno dessas manifestações é mesmo a tomada



Reuters

↳ Tel Aviv, 8 de abril: uma enorme bandeira que retrata Netanyahu como faraó

em consideração da questão palestina.

No dia 31 de março, um texto publicado na França pelo jornal *Le Monde*, assinado em especial pelo escritor Shlomo Sand (autor do livro *Como o povo judaico foi inventado*) e pelo médico Rony Brauman, reflete essa evolução e reafirma sua necessidade. Denunciando os crimes de ocupação, a impunidade dos colonos, "o crime de apartheid", eles escrevem que "esse conjunto de dispositivos que participa para negar, diariamente, os

direitos dos palestinos esteve presente e legitimado tanto pelos governos de esquerda quanto de direita, e validados pela Corte Suprema de Israel, desde a fundação do Estado". Eles concluem afirmando sua "convicção profunda (...) de que o destino dos israelenses judaicos e dos palestinos deve ser pensado conjuntamente, já que a fórmula do 'Estado judaico e democrático' nunca foi mais do que um Estado democrático para os judeus e um Estado judaico para os árabes".

Europa: mobilizações de massa e a guerra

No fechamento desta edição, na França, o Conselho Constitucional iria posicionar-se sobre a reforma das aposentadorias que Macron impôs sem voto do Parlamento. Uma coisa é certa, a mobilização que já dura três meses, vai continuar. Foi a serviço dessa luta que se deu a assembleia do Partido Operário Independente (POI) registrada na matéria abaixo. Também na Alemanha, Itália, Grécia, Reino Unido, há mobilizações e seu nexos com a guerra na Ucrânia fica cada vez mais evidente para milhões de trabalhadores. Os governos membros da Otan, sob pressão dos EUA, aumentam gastos militares em bilhões que faltam para os serviços públicos, enquanto a inflação causada pelo "esforço de guerra" corrói os salários. A luta de classe, assim, está impedindo a "união nacional" para a guerra pretendida pelos governos.

POI reúne duas mil pessoas em Paris

Mobilizações, crise institucional e guerra no centro dos debates

Foi um grande sucesso a Assembleia do Partido Operário Independente (POI), realizada no domingo, 26 de março, no Espaço Charenton, ao sul da capital francesa, apenas três dias depois de mais uma gigantesca Jornada de Luta (9ª) contra a reforma da previdência.

Durante toda a manhã militantes e convidados se revezaram na tribuna esquadriando a explosiva situação francesa sob o pano de fundo da crise decorrente da guerra na Europa.

Quando esta assembleia foi convocada "jamais poderíamos imaginar que ela se realizaria em meio à mais importante luta de classes das últimas décadas, que coloca para os trabalhadores - não apenas da França - a questão do poder, das instituições", disse Pierre Compain (POI).

Ophélie Sauger, do POI e deputada suplente, denunciou a "economia de

guerra" imposta por Macron que pretende elevar o orçamento militar dos atuais 54 para 413 bilhões de euros até 2030 e acelera a construção de armamentos na França. "Se são fabricados é para serem vendidos e utilizados, para isso serve a guerra".

Para Méline Sauger - do POI e do Conselho Político da França Insubmissa (FI) - "chama a atenção, nos atos, a quantidade de cartazes de rejeição a Macron e que associam a 5ª República à monarquia absolutista. Como acabar com essas instituições?" "Os jovens lutam contra a reforma, mas também contra a discriminação e a precarização. Não vamos ceder diante da repressão", afirmou Youssef Ben-Saïd, da juventude do POI.

"Tenho orgulho de ser militante do POI e tenho orgulho de ser deputado FI", declarou Jérôme Legavre. "Eu e meus companheiros deputados FI não



↳ Auditório lotado na assembleia do POI

fizemos o jogo dessas instituições". Numa conversa com a prefeita de uma região próxima a Paris ela relatou que há setores de sua população que sofrem de insegurança alimentar. "Isso é a economia de guerra da qual fala Macron o tempo todo (...) Sua estratégia é provocar tensões, desagregação, caos, para tentar aparecer como o defensor da ordem (...) A saída virá da mobilização dos trabalhadores e do povo".

Jean-Luc Melenchon, principal dirigente da França Insubmissa, destacou "nossa grande responsabilidade" diante "das maiores manifestações de massa desde a greve geral de 1968. E nós dispomos de uma bancada parlamentar que lidera a luta pela ruptura com o capitalismo e o neoliberalismo, porque só assim a unidade é possível; não há unidade sem essa ruptura." Além de saudar o engajamento do POI ele responsabilizou duramente Macron pela selvagem repressão que se abate sobre as manifestações contra a reforma e chamou os policiais a recusarem ordens injustas ou contrárias à moral.

A militante grega Litsa Frydas, da

Nova Corrente de Esquerda pela Liberação Comunista (NAR) lembrou as reformas da previdência impostas em seu país que elevaram a idade mínima de 62 para 65 e depois para 67 anos e denunciou que as despesas da guerra tiram verbas das políticas sociais.

Sevim Dagdelen, deputada alemã do partido Die Link, defendeu o lançamento de "uma iniciativa europeia contra a guerra" descrevendo o crescimento dos movimentos pela paz ocorridos na Alemanha ao mesmo tempo que dirigentes da social-democracia, dos verdes e do seu próprio partido adotam uma posição belicista.

Também por videoconferência, entrevistaram o sindicalista português de Gênova (Itália), José Nivoi, e o deputado espanhol Jordi Salvador Duch falando principalmente contra a guerra e a Otan.

Uma confraternização no fim da Assembleia, anunciada pelo tesoureiro do POI, Adrien Duquenoy, prolongou o clima de livre debate entre militantes de diferentes sensibilidades políticas que é uma das características do POI.

Correspondente

Onda de greves em toda a Alemanha

Luta é por salários diante da inflação devida à guerra

Uma onda de greves nos setores públicos municipais e federais sacudiu toda a Alemanha. No centro a luta por aumento real (10,5% de reajuste para um acordo de um ano), contra a guerra social desatada pelo governo.

Mais de 500 mil empregados públicos, de um total de 2,5 milhões, foram à greve no final de março, com o seu sindicato Ver.di ganhando mais 70 mil sócios, algo que não ocorria há 40 anos.

Nos Correios, 100 mil trabalhadores, de um total de 160 mil, foram à greve por aumento de 15% do salário. Em 27 de março o Ver.di e o sindicato dos ferroviários (EVG) convocaram greve conjunta por aumento de 12% nos salários e um mínimo de 650 euros por mês, a qual paralisou ônibus urbanos, trens, aeroportos, portos e rodovias

Também houve greves em hospitais e escolas contra a política de austeridade do governo Scholz (aliança entre os partidos SPD, social-democrata, FDP, democrático liberal, e verdes). Milhares de médicos entraram em greve entre 21 e 22 de março, em oito estados, por "mais pessoal!", "melhores condições de trabalho" e "recuperação da inflação".

Bilhões para os salários, não para a guerra

"Ao invés de bilhões para as armas, que sejam destinados à defesa do poder de compra dos salários, aos hospitais, às creches...", é o que se lê em cartazes e panfletos das greves. Para atender à reivindicação salarial do Ver.di se gastaria 15,4 bilhões de euros;



↳ Grevistas na cidade de Colônia

mas só o aumento na ajuda de guerra à Ucrânia é de 15 bilhões.

Em 30 de março, as negociações com o setor público fracassaram, pois os governos recusaram compensar a inflação nos salários. Antes, nos Correios, a direção do Ver.di, sob

pressão do governo que dizia "tempo de guerra não é de reivindicação", aceitou aumento salarial de 5% e mais um bônus, com perda do poder de compra. O que provocou descontentamento (38,3% da base votou contra). O que repercutiu na recusa da proposta feita para os funcionários municipais e federais. Agora esses trabalhadores preparam uma nova greve.

Depois dos 50 mil manifestantes em 25 de fevereiro contra a política de guerra e destruição social de Scholz, a atual onda de greves reforça o choque da classe trabalhadora e da maioria da população com o governo federal.

Correspondente



45 ANOS DO JORNAL O TRABALHO

No dia 1º de maio de 1978, veio à luz o Jornal O Trabalho, cuja edição nº 0 era apresentada para ser vendida no primeiro ato do dia do trabalhador organizado pelos próprios trabalhadores em pelo menos uma década.

A manifestação daquele ano aconteceu em Osasco, organizada por quinze oposições sindicais e movimentos e procurou unir os trabalhadores na luta por “melhores salários, pelo direito de greve, anistia e liberdade de manifestação e organização a todos os trabalhadores”, dizia o primeiro editorial.

“Um jornal independente dos patrões, de seus partidos, do seu estado que, para narrar e participar da história, precisa do seu apoio solidário”, conclamava o Bônus utilizado para levantar fundos para o lançamento do jornal.

Batalhar pela independência financeira para garantir a independência política. Foi com essa marca registrada que o jornal garantiu sua existência ao longo de quatro décadas e meia no movimento operário brasileiro e que pôde procurar servir, com erros e acertos, mas de maneira honesta, a luta da classe trabalhadora pela sua emancipação.

Para os trabalhadores, manter um jornal é algo vital. Para os capitalistas, também. E eles sabem disso. A

diferença é que para eles é fácil. Basta destinar alguns milhares de reais dos seus lucros obtidos às custas da exploração do povo para manter os seus instrumentos de propaganda vivos.

Já para a classe trabalhadora, é mais complicado. Um jornal verdadeiramente independente da burguesia, a serviço da classe operária, só pode existir com meios próprios, apoiado na disposição dos militantes para vendê-lo e, sobretudo, apoiado na disposição de cada trabalhador para pagar e sustentar o jornal, bem como ler o seu conteúdo.

Foi assim que procuramos sobreviver nos últimos 45 anos. Não foi uma tarefa fácil. Nascido nos anos finais da ditadura militar, O Trabalho sofreu com a censura e a perseguição.

Em 1980, por exemplo, a sede do jornal foi invadida por agentes da

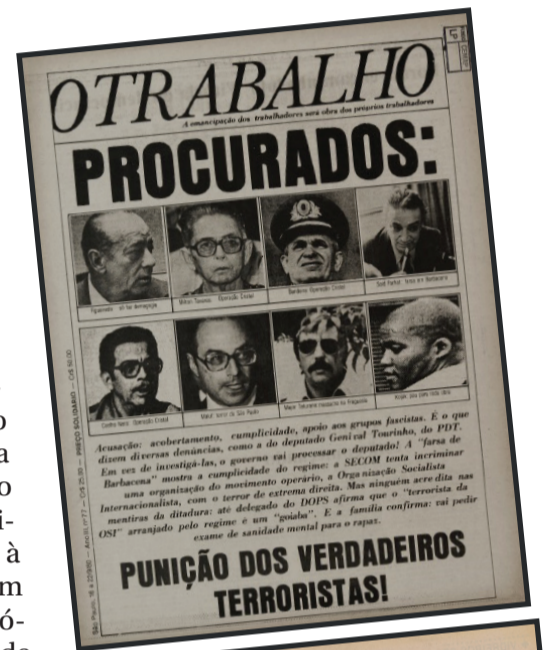
Polícia federal numa operação ilegal que tentou impedir a distribuição da edição nº77 do jornal, cuja capa exigia “punição aos verdadeiros terroristas” incluindo fotos de Figueiredo e outros agentes do regime. Na mesma operação, a PF tentava envolver numa farsa a Organização Socialista Internacionalista (atual corrente O Trabalho do PT), atribuindo a esta organização a culpa por atentados à bomba que, na realidade, eram praticados por agentes da própria ditadura militar, grupos de extrema direita e fascistas.

Não foi o primeiro episódio de censura e perseguição, e não seria o último.

Nada disso impediu o jornal de continuar circulando e ajudando a narrar e a defender os interesses da classe trabalhadora do Brasil e do mundo.

Hoje, temos orgulho de ser o órgão da imprensa operária mais antigo em circulação no Brasil, de forma ininterrupta, ajudando a reportar os fatos marcantes e cotidianos da luta dos trabalhadores.

Para continuar existindo, precisamos da sua contribuição. Assine o Jornal O Trabalho!



“

Um jornal independente dos patrões, de seus partidos, do seu estado que para narrar e participar da história precisa do seu apoio solidário



CONTRIBUA COM ESSA HISTÓRIA!

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

FAÇA SUA ASSINATURA NO SITE: otrabalho.org.br/assine

[/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

[/jornalotrabalho](https://www.instagram.com/jornalotrabalho)

<http://otrabalho.org.br>

(32) 9 9930-9117



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e faça sua assinatura